



UNIDADE TÉCNICA DE APOIO ORÇAMENTAL
ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

UTAO | INFORMAÇÃO TÉCNICA n.º 31/2017

Contas das Administrações Públicas: 2.º trimestre de 2017

Ótica da Contabilidade Nacional

10.10.2017

Ficha técnica

Este trabalho foi elaborado com base na informação disponível até 6 de outubro de 2017.

A análise é da exclusiva responsabilidade da Unidade Técnica de Apoio Orçamental (UTAO). Nos termos da Lei n.º 13/2010, de 19 de julho, a UTAO é uma unidade especializada que funciona sob orientação da comissão parlamentar permanente com competência em matéria orçamental e financeira, prestando-lhe apoio pela elaboração de estudos e documentos de trabalho técnico sobre a gestão orçamental e financeira pública.

No 1.º semestre de 2017, o défice das administrações públicas em contabilidade nacional ascendeu a 1,9% do PIB, o que representa uma redução de 1,2 p.p. face a idêntico período do ano anterior. O défice registado no 1.º semestre permaneceu acima do objetivo anual para o défice fixado no OE/2017 em 1,6% do PIB, embora o cumprimento desta meta se afigure exequível. A estimativa do Ministério das Finanças para o défice de 2017, incluída na 2.ª Notificação do Procedimento dos Défices Excessivos, mantém-se em 1,5% do PIB, 0,1 p.p. abaixo do objetivo anual. A melhoria do saldo orçamental foi alcançada através de um aumento da receita e de uma redução da despesa. Por comparação com a meta estabelecida no OE/2017, verificou-se uma baixa execução da receita que foi compensada por uma baixa execução também do lado da despesa. Do lado da receita, a receita fiscal manteve-se sensivelmente constante face ao período homólogo, com os impostos indiretos a registar um crescimento acima do projetado, enquanto os impostos diretos registaram uma redução influenciada pela antecipação dos reembolsos de IRS. Por sua vez, a receita de contribuições sociais evidenciou um crescimento superior ao projetado. Do lado da despesa, a redução observada no 1.º semestre traduz uma evolução em sentido contrário face ao projetado, para a qual contribuíram a despesa com prestações sociais e com os juros da dívida pública. A execução das despesas com pessoal, por sua vez, ultrapassou ligeiramente o projetado no âmbito do OE/2017, encontrando-se sujeita a um conjunto de desfasamentos que contribuem para alterar o perfil intra-anual desta despesa face ao ano anterior, nomeadamente a reposição gradual dos vencimentos dos funcionários públicos em 2016 e a alteração do sistema de pagamento do subsídio de Natal na função pública em 2017.

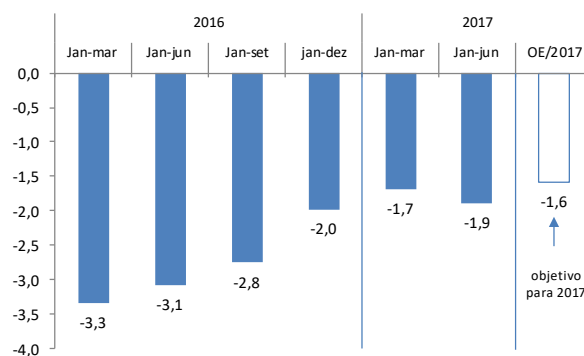
A presente nota complementa a análise efetuada na Nota Rápida de 25 de setembro ([Informação Técnica da UTAO n.º 28/2017](#)), e beneficiou de esclarecimentos e elementos adicionais aos quais, posteriormente, esta unidade técnica teve acesso. A análise efetuada baseia-se na informação até ao 2.º trimestre de 2017 relativa à conta das administrações públicas, apurada pelo Instituto Nacional de Estatística (INE), e na informação incluída na 2.ª notificação do Procedimento dos Défices Excessivos (PDE), ambas divulgadas no dia 22 de setembro. Os resultados de contas nacionais até ao 1.º trimestre de 2017 incorporam ainda as revisões publicadas pelo INE na mesma data, no âmbito do calendário regular de revisões de contas nacionais.

Saldo orçamental

1 No 1.º semestre de 2017, o défice das administrações públicas em contabilidade nacional ascendeu a 1,8 mil M€, fixando-se em 1,9% do PIB. O défice do 1.º semestre situou-se 0,1 pontos percentuais (p.p.) abaixo do limite inferior do intervalo da estimativa avançada para o défice deste período realizada pela UTAO no início de setembro e publicada na [Informação técnica da UTAO n.º 26/2017](#). Simultaneamente, o INE reviu em baixa o défice das administrações públicas do 1.º trimestre de 2017 em 0,4 p.p. do PIB, de 2,1% do PIB para 1,7%, em resultado da incorporação de nova informação no âmbito do calendário regular de revisões das estatísticas de contas nacionais. Por comparação com igual período de 2016, o défice do 1.º semestre evidenciou uma redução de mil M€, o equivalente a 1,2 p.p. do PIB semestral (Gráfico 1).

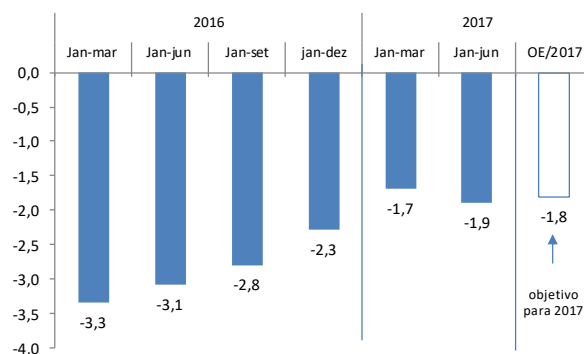
2 No 1.º semestre não se realizaram operações de natureza one-off. Não tendo também existido no mesmo período de 2016 operações desta natureza a registar, a evolução homóloga do défice ajustado no 1.º semestre (Gráfico 2) afigura-se assim idêntica à registada pelo défice global, com uma redução de 1,2 p.p. do PIB. Para o conjunto do ano, contudo, encontra-se prevista a recuperação da garantia do BPP, que configura uma operação one-off e cujo impacto positivo sobre o saldo orçamental deverá ascender a cerca de 0,2 p.p. do PIB.

Gráfico 1 – Saldo das administrações públicas
(em percentagem do PIB)



Fontes: INE, Ministério das Finanças e cálculos da UTAO. | Notas: Valores não ajustados de operações de natureza one-off.

Gráfico 2 – Saldo das administrações públicas corrigido do efeito de medidas one-off
(em percentagem do PIB)



Fontes: INE, Ministério das Finanças e cálculos da UTAO. | Notas: O saldo orçamental de 2016 foi ajustado do efeito da entrega de F-16 à Roménia no 3.º trimestre e 4.º trimestres, e neste último também ajustado dos efeitos decorrentes do PERES, do novo regime de tributação de fundos de investimento, do acerto de contribuições para a União Europeia e da devolução a Portugal de parte das *pre-paid margins* do *European Financial Stability Facility*. Em 2017, não foram realizados ajustamentos até junho. O objetivo para o défice orçamental para 2017 definido no OE/17 encontra-se ajustado do efeito da recuperação da garantia do BPP.

3 O défice em contabilidade nacional situou-se 1,6 p.p. do PIB abaixo do défice apurado em contabilidade pública no 1.º semestre de 2017. Para a diferença entre as duas óticas contabilísticas contribuiu particularmente o ajustamento relativo ao diferencial entre juros pagos e juros devidos, que no 1.º semestre ascendeu a 1,0% do PIB (Tabela 1). Este ajustamento reflete o facto de se terem

verificado no 1.º semestre pagamentos de juros superiores ao montante que seria imputável a este período numa perspetiva *accrual*, em virtude do perfil intra-anual de pagamento de juros da dívida pública.

Tabela 1 – Ajustamento entre o saldo das administrações públicas em contabilidade pública e em contabilidade nacional no 1.º semestre de 2017

	Milhões de euros	% PIB
Saldo em contabilidade pública	-3 307,5	-3,5%
Ajustamento <i>accrual</i> e delimitação setorial em Contas Nacionais ^{1,2}	54,3	0,1%
Diferença entre juros pagos e devidos	935,0	1,0%
Ajustamento temporal de impostos e contribuições	202,9	0,2%
Outros efeitos	320,8	0,3%
Saldo em contabilidade nacional	-1 794,4	-1,9%

Fontes: INE, Ministério das Finanças e cálculos da UTAO. [Notas: 1) Ajustamento *accrual* relativo a empresas públicas, ao SNS e à CGA. Este ajustamento consiste em adicionar os encargos assumidos e não pagos em 2017 e em subtrair os pagamentos realizados durante o ano respeitantes a encargos assumidos noutros períodos. 2) O efeito da delimitação setorial foi ajustado das injeções de capital em empresas pertencentes ao setor das administrações públicas, pelo facto destas operações consolidarem em termos agregados, não produzindo efeito no saldo orçamental das administrações públicas.

4 A estimativa do Ministério das Finanças para o défice de 2017 incluída na 2.ª Notificação do PDE mantém-se em 1,5% do PIB. Esta estimativa é idêntica à apresentada no PE/2017-21 e situa-se 0,1 p.p. abaixo do objetivo oficial para o défice, fixado no OE/2017 em 1,6% do PIB. Note-se, contudo, que quer aquela estimativa para 2017, quer o objetivo anual, não incluem o possível impacto que a operação de recapitalização da Caixa Geral de Depósitos realizada possa vir a ter sobre as contas das administrações públicas em contabilidade nacional. Esta operação encontra-se ainda sob análise conjunta do Eurostat e do INE, não tendo sido até à data divulgado o impacto que a mesma deverá ter no défice das administrações públicas em 2017, apesar de ter estado prevista a divulgação deste efeito para a 2.ª Notificação do PDE.

5 O défice registado no 1.º semestre permaneceu acima do objetivo anual definido no OE/2017. O défice das administrações públicas registado na 1.ª metade de 2017 agravou-se em 0,2 p.p. do PIB face ao défice observado no 1.º trimestre do ano. O défice registado até junho excedeu em 0,3 p.p. do PIB o objetivo anual fixado para 2017 (Gráfico 1) e em 0,1 p.p. do PIB o objetivo ajustado de medidas *one-off* (Gráfico 2). No entanto, o défice do 1.º semestre incorpora já o efeito de antecipação dos reembolsos do IRS em 2017, cujo impacto no défice orçamental se deverá diluir no decorrer do ano, uma vez que em contas nacionais o registo dos reembolsos segue uma ótica de caixa, idêntica à adotada em contabilidade pública.¹ Por esta via é de esperar uma melhoria do défice na 2.ª metade do ano. O objetivo para o défice de 2017, excluindo efeito da operação de recapitalização da CGD realizada no 1.º trimestre, afigura-se deste modo exequível.

¹ Até junho, os resultados da execução orçamental evidenciam um aumento de reembolsos de IRS face a 2016 em 1,1 mil M€. Na execução orçamental até de agosto essa diferença face ao ano anterior reduziu-se para 0,2 mil M€.

Caixa 1 – Medidas *one-off*

A interpretação adequada dos principais agregados orçamentais requer a exclusão de fatores de natureza temporária e não recorrente considerados como medidas *one-off*. Deste modo, para efeitos da análise excluiu-se o impacto das seguintes medidas:

2016: (i) Devolução de *pre-paid margins* do *European Financial Stability Facility*; (ii) Acerto de contribuições para a UE; (iii) Entrega de F-16 à Roménia; (iv) Novo regime de tributação dos fundos de investimento; (v) Programa Especial de Regularização de Dívidas ao Estado (PERES).

2017⁽¹⁾: (1) Recuperação de garantia do BPP.

Nota: (1) No 1.º semestre de 2017 não existiram medidas *one-off*.

Caixa 2 – Avaliação da Comissão Europeia sobre o Programa de Estabilidade 2017-2021

No contexto do Semestre Europeu, a Comissão Europeia (CE) publicou no dia 23 de maio a Avaliação do Programa de Estabilidade 2017-2021 de Portugal (PE/2017-21). Nesta caixa apresentam-se as principais conclusões contidas naquele documento.

Cenário macroeconómico

A avaliação do cenário macroeconómico do PE/2017-21 realizada pela CE tem por base as Previsões da Primavera da CE. Para 2017 o cenário macroeconómico do PE/2017-21 apresenta um crescimento real do PIB idêntico ao considerado nas previsões da CE, sendo em 2018 mais favorável por comparação com a CE (Tabela 1). No que se refere às componentes do PIB, o crescimento projetado no PE/2017-21 para o consumo privado e para o investimento em 2017 afigura-se ligeiramente menor do que nas previsões da CE, mas esta diferença é compensada por um maior contributo das exportações líquidas para o crescimento do PIB. Para 2018, tanto a procura interna como as exportações líquidas do PE/2017-21 apresentam contributos para o crescimento do PIB que excedem ligeiramente os considerados pela CE. Ao nível do mercado de trabalho, tanto para 2017 como para 2018 a taxa de desemprego e o emprego são idênticos nas duas projeções, embora o crescimento previsto para os rendimentos do trabalho seja ligeiramente superior no PE/2017-21.

Tabela 1 - Comparação entre o cenário da CE e do PE/2017-21

Documento:	CE			PE/2017-21				
	Ano: 2016	2017	2018	2017	2018	2019	2020	2021
PIB - óptica da despesa (taxa de variação anual, em volume, em %)								
PIB real	1,4	1,8	1,6	1,8	1,9	2,0	2,1	2,2
Consumo Privado	2,3	1,9	1,3	1,6	1,6	1,6	1,6	1,6
FBCF	-0,1	5,4	4,7	4,8	5,1	5,1	4,8	4,7
Exportações	4,4	4,4	4,2	4,5	4,5	4,5	4,5	4,5
Importações	4,4	5,2	4,5	4,1	4,1	4,1	4,1	4,1
Contributos para o crescimento do PIB								
Procura Interna	1,4	2,1	1,7	1,7	1,8	1,8	1,9	2,0
Exportações líquidas	0,0	-0,3	-0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,2
Preços e desemprego (taxa de variação anual, em %)								
Inflação (IHPC)	0,6	1,4	1,5	1,6	1,7	1,7	1,8	1,8
Deflador do PIB	1,6	1,4	1,5	1,4	1,5	1,6	1,6	1,6
PIB nominal	3,0	3,2	3,1	3,9	3,4	3,5	3,5	3,6
Desemprego (% da pop.ativa)	11,2	9,9	9,2	9,9	9,3	8,6	8,0	7,4
Emprego	1,6	1,4	0,9	1,3	1,0	1,0	1,0	1,0
Salários per capita	1,4	1,5	1,5	2,0	2,2	2,4	2,4	2,4
Financiamento (em % do PIB)								
Saldo orçamental	-2,0	-1,8	-1,9	-1,5	-1,0	-0,3	0,4	1,3
Dívida Pública	130,4	128,5	126,2	127,9	124,2	120,0	117,6	109,4
Cap.(+)/necess.(-) líquida								
financiamento face exterior	1,5	1,4	1,5	1,1	1,5	1,5	1,6	1,7

Fontes: Ministério das Finanças e CE.

Cumprimento com as recomendações do PDE para o défice orçamental

O PE/2017-21 estima para 2017 um défice orçamental de 1,5% do PIB, 0,1 p.p. do PIB inferior ao objetivo estabelecido no OE/2017. De acordo com o PE/201-21 a redução do défice projetada para 2017 deverá ser consistente com uma melhoria do saldo estrutural em 0,3 p.p. do PIB face a 2016 (Tabela 2). A estimativa da CE aponta para um défice global de 1,8% do PIB e, portanto, superior à estimativa de 1,5% do PIB contida no PE/2017-21. Na avaliação da CE, esta diferença deve-se a hipóteses mais conservadoras baseadas nas elasticidades históricas, na execução de anos anteriores e ao facto de algumas medidas no PE/2017-21 com impacto na receita e na despesa não se encontrarem, de acordo com a CE, suficientemente especificadas. Como resultado, a CE projeta uma deterioração do saldo orçamental em cerca de 0,2 p.p. do PIB em 2017, o que contrasta com uma melhoria em 0,3 p.p. considerada no PE/2017-21. Deste modo, o saldo estrutural não deverá alcançar a recomendação de melhoria em 0,6 p.p. do PIB, sendo na avaliação da CE o desvio face ao recomendado superior a 0,5 p.p. do PIB potencial o que configura uma situação de "desvio significativo" (Tabela 3).

Tabela 2 - Composição do ajustamento orçamental (valores em % do PIB)

	CE			PE/2017-21					PE 2016-2021
	2016	2017	2018	2017	2018	2019	2020	2021	
Receita	43,1	43,2	42,7	43,3	43,0	42,9	42,8	42,9	-0,1
da qual:									
Impostos sobre a produção e importações	14,7	14,8	14,8	14,8	14,8	14,7	14,7	14,6	-0,2
Impostos correntes sobre rendimento, riqueza, et	10,3	10,1	9,9	10,1	9,9	9,8	9,7	9,6	-0,7
Contribuições sociais	11,7	11,7	11,6	11,8	11,7	11,8	11,8	11,7	0,1
Outros (residual)	6,3	6,6	6,4	6,6	6,6	6,6	6,6	7,0	0,7
Despesa	45,1	45,0	44,6	44,8	44,0	43,2	42,4	41,7	-3,4
da qual:									
Despesa primária	40,8	40,8	40,5	40,6	40,0	39,3	38,6	38,1	-2,8
Remuneração dos trabalhadores	11,3	11,2	11,0	11,1	10,8	10,6	10,3	10,0	-1,2
Consumo intermédio	5,7	5,6	5,6	5,6	5,4	5,2	5,1	5,0	-0,7
Pagamentos sociais	18,9	18,7	18,6	18,7	18,4	18,2	17,9	17,7	-1,2
Subsídios	0,6	0,6	0,6	0,5	0,5	0,5	0,5	0,5	0,0
FBCF	1,5	2,0	2,1	2,0	2,1	2,1	2,1	2,1	0,6
Outros (residual)	2,8	2,8	2,7	2,7	2,8	2,7	2,7	2,8	0,0
Despesa com juros	4,2	4,2	4,1	4,2	4,0	3,9	3,8	3,6	-0,6
Saldo orçamental	-2,0	-1,8	-1,9	-1,5	-1,0	0,3	0,4	1,3	3,3
Saldo primário	2,2	2,4	2,2	2,7	3,1	3,6	4,2	4,9	2,7
One-off e outras medidas temporárias	0,3	0,2	0,0	0,2	0,0	0,0	0,0	0,4	0,1
Saldo orçamental ajustado	-2,3	-2,0	-1,9	-1,7	-1,0	-0,3	0,4	0,9	3,2
Output gap	-0,6	0,4	1,0	-0,1	0,2	0,4	0,7	1,0	1,6
Saldo ajustado ao ciclo	-1,7	-2,0	-2,4	-1,5	-1,0	-0,5	0,0	0,8	2,5
Saldo estrutural	-2,0	-2,2	-2,4	-1,7	-1,0	-0,5	0,0	0,4	2,4
Saldo primário estrutural	2,2	2,0	1,7	2,5	3,0	3,4	3,8	4,0	1,8

Fonte: CE.

Tabela 3 - Consistência a recomendação da CE de maio (valores em % do PIB)

	2017	
	PE	CE
Défice global		
Défice orçamental global	-1,5	-1,8
Esforço fiscal (alteração no saldo estrutural)		
Alteração no saldo estrutural	0,3	-0,2
Alteração exigida pela recomendação da CE		0,6

Fonte: CE.

Projeções para a dívida pública

Tendo sido cumprida a correção do défice excessivo em 2016, Portugal passou a estar sujeito aos requisitos do braço preventivo do Pacto de Estabilidade e Crescimento (PEC) a partir de 2017 e durante um período de transição que decorre entre 2017 e 2019 não se encontra sujeito ao critério da dívida. Para 2017, o PE/2017-21 projeta uma redução do rácio da dívida em 2,5 p.p. do PIB face a 2016, apontado para que em 2017 este se situe em 127,9% do PIB, seguida de nova redução em 3,6 p.p. em 2018 para 124,2% do PIB. Por sua vez, a CE projeta reduções menos significativas em ambos os anos, apontando para que o rácio da dívida se situe em 128,5% do PIB em 2017 e em 2,3% do PIB em 2018 (Tabela 4). A diferença entre as projeções, de acordo com a CE, reflete o facto das previsões da CE apontarem para défices mais elevados e para um PIB nominal inferior ao do PE/2017-21 em 2018.

Tabela 4 - Projeções para a dívida pública (valores em % do PIB)

	2016	CE		PE/2017-21				
		2017	2018	2017	2018	2019	2020	2021
Dívida pública	130,4	128,5	126,2	127,9	124,2	120,0	117,6	109,4
Variação	1,4	-1,9	-2,3	-2,5	-3,6	-4,2	-2,3	-8,2
Contributos:								
1. Saldo primário	-2,2	-2,4	-2,2	-2,7	-3,1	-3,6	-4,2	-4,9
2. Efeito "bola de neve"	0,5	0,1	0,3	0,1	-0,1	-0,3	-0,5	-0,7
Efeito da despesa com juros	4,2	4,2	4,1	4,2	4,0	3,9	3,8	3,6
Efeito do crescimento económico	-1,8	-2,3	-2,0	-2,3	-2,3	-2,4	-2,4	-2,5
Efeito da inflação	-2,0	-1,7	-1,8	-1,7	-1,8	-1,9	-1,9	-1,8
3. Ajustamento stock-fluxo	3,1	0,4	-0,4	0,1	-0,4	-0,2	2,4	-2,6

Fonte: CE.

Baseado no documento da Comissão Europeia: [Assessment of the 2017 Stability Programme for Portugal](#).

Receita e despesa

A análise deste capítulo é apresentada em termos ajustados, i.e. excluindo o efeito de fatores de natureza temporária e não recorrente .considerados como medidas one-off.²

Como referencial anual para a análise da receita e da despesa é utilizado o OE/2017, conforme aprovado pela Assembleia da República, pelo que os valores utilizados como referência podem diferir, ainda que ligeiramente, dos que constam do Relatório da Proposta de OE/2017.

6 A melhoria do saldo orçamental face ao período homólogo teve subjacente um aumento da receita e uma redução simultânea da despesa. No 1.º semestre de 2017, a receita total registou um acréscimo de 0,8 mil M€, a que correspondeu um crescimento de 2,2% face a idêntico período do ano anterior (Tabela 2). A despesa total, pelo contrário, evidenciou uma redução de 0,2 mil M€, que se traduziu numa contração de 0,5% em termos homólogos.

7 Apesar de ter aumentado no 1.º semestre, a evolução registada pela receita foi menos favorável do que a prevista para o conjunto do ano. O crescimento da receita total na 1.ª metade do ano, de 2,2%, ficou aquém do aumento de 5,7% implícito para o conjunto do ano no OE/2017, tendo em conta os resultados de contas nacionais para 2016 agora revistos pelo INE (Tabela 2). Em termos globais, o acréscimo da receita alcançado no 1.º semestre representou cerca de 18,2% do acréscimo total da receita previsto alcançar em 2017 (Gráfico 3).

8 A receita fiscal manteve-se sensivelmente constante face ao período homólogo, uma evolução que ficou aquém do projetado em termos anuais no âmbito do OE/2017. O crescimento da receita fiscal cifrou-se em 0,3%, 2,7 p.p. abaixo do crescimento previsto em termos anuais. Esta evolução teve subjacente desempenhos distintos por tipo de imposto, num contexto em que o crescimento da receita de impostos indiretos, acima do projetado em termos anuais, compensou a queda da receita ao nível dos impostos diretos. Nos impostos indiretos, registou-se um crescimento de 5,5%, que superou o aumento de 3,4% previsto para 2017, evolução para a qual terá contribuído o crescimento da atividade económica. Nesta categoria, destaca-se o crescimento

² Os valores não ajustados encontram-se na Tabela 3 em Anexo.

das receitas de IVA na ordem dos 4,2%, dos impostos sobre operações financeiras e de capital em 26,6% e dos impostos especiais sobre o consumo que no período em análise aumentaram 4,4%. Pelo contrário, os impostos diretos registaram uma queda de 8,4% face a 2016, que contrasta com um crescimento de 2,5% considerado nas projeções do OE/2017. A redução da receita de impostos diretos reflete a queda da receita de IRS em 20,9% no 1.º semestre, que se deve em grande medida à antecipação dos reembolsos de IRS quando comparado com o verificado no ano anterior, pelo que este efeito se deverá esbater na 2.ª metade do ano. A receita de IRC, por seu turno, aumentou 14,3%.

9 A receita de contribuições sociais registou um crescimento superior ao previsto para o conjunto do ano.

As contribuições sociais aumentaram 5,1% no 1.º semestre de 2017 face aos primeiros seis meses de 2016, quando em termos anuais o valor previsto em sede do OE/2017 tem subjacente um crescimento de 3,5%. O aumento registado pelas contribuições sociais deveu-se à evolução das contribuições sociais efetivas, que no caso das entidades empregadoras aumentaram 7,8% em termos homólogos e no caso das famílias cresceram 4,5%. O aumento registado pela receita de contribuições sociais no 1.º semestre representa cerca de 71% do aumento total projetado para 2017 (Gráfico 3).

10 As outras receitas correntes e as receitas de capital registaram no 1.º metade do ano ritmos de crescimento aquém dos previstos para 2017.

O crescimento das outras receitas correntes (incluindo vendas) cifrou-se em 3,0%, o que comprara com um aumento de 13,5% implícito para o crescimento desta rubrica no OE/2017 quando comparado com os resultados de 2016 apurados pelo INE. O aumento das outras receitas correntes reflete em grande medida um aumento dos rendimentos de propriedade recebidos pelas administrações públicas em 46,1%, entre os quais se destacam os dividendos recebidos do Banco de Portugal que aumentaram 89,2% e da Parpública que cresceram 81,7%. A receita de capital registou um crescimento expressivo, de 36,4% face ao período homólogo, mas ainda assim abaixo do que resulta da comparação entre os valores projetados no OE/2017 e os valores observados em 2016. Ao nível das receitas de capital, as transferências recebidas da União Europeia registaram um aumento de 5,6% face ao período homólogo.

11 A despesa evidenciou no 1.º semestre um ligeiro decréscimo face ao período homólogo, apesar de para o conjunto do ano o OE/2017 projetar um crescimento da despesa das administrações públicas.

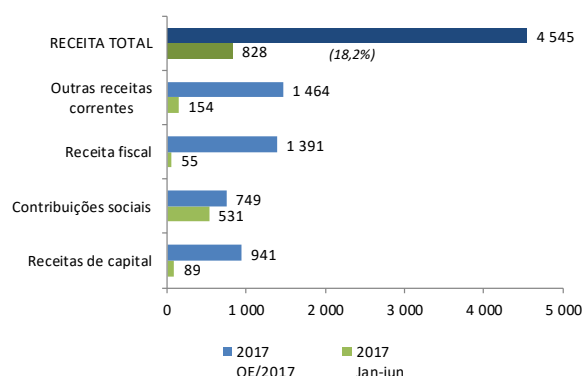
Nos primeiros seis meses de 2017, a despesa total reduziu-se 0,5% em termos homólogos, o que compara com um crescimento de 4,5% implícito nas projeções do OE/2017 (Tabela 2). Deste modo, a baixa execução da receita total no 1.º semestre foi compensada por uma baixa execução também do lado da despesa.

Tabela 2 – Receita e despesa (ajustadas) das administrações públicas

	2016 Jan-jun		2017 Jan-jun				2017 OE/2017	
	Em milhões de euros	Em % do PIB	Em milhões de euros	Em % do PIB	Variação homóloga em p.p. do PIB	Taxa de variação homóloga em %	Em % do PIB	Taxa de variação homóloga em %
Receita Total	36 994	40,5	37 822	39,9	-0,6	2,2	43,9	5,7
Receita corrente	36 749	40,2	37 488	39,6	-0,6	2,0	43,1	4,6
Receita fiscal	21 090	23,1	21 145	22,3	-0,8	0,3	24,9	3,0
Impostos indiretos	13 141	14,4	13 864	14,6	0,3	5,5	14,8	3,4
Impostos diretos	7 949	8,7	7 281	7,7	-1,0	-8,4	10,2	2,5
Contribuições sociais	10 459	11,5	10 990	11,6	0,2	5,1	11,7	3,5
Outras receitas correntes	5 199	5,7	5 352	5,7	0,0	3,0	6,5	13,5
Vendas	3 131	3,4	3 202	3,4	0,0	2,3	3,8	8,7
Outra receita corrente	2 068	2,3	2 150	2,3	0,0	4,0	2,7	21,0
Receitas de capital	245	0,3	334	0,4	0,1	36,4	0,8	184,4
Despesa Total	39 807	43,6	39 616	41,8	-1,7	-0,5	45,7	4,5
Despesa corrente	38 337	42,0	38 130	40,3	-1,7	-0,5	43,1	3,1
Consumo intermédio	4 783	5,2	4 835	5,1	-0,1	1,1	5,6	3,1
Despesas com pessoal	10 670	11,7	10 749	11,4	-0,3	0,7	11,0	0,5
Prestações sociais	16 536	18,1	16 315	17,2	-0,9	-1,3	18,7	1,4
Subsídios	384	0,4	361	0,4	0,0	-6,1	0,6	13,5
Juros	3 751	4,1	3 597	3,8	-0,3	-4,1	4,3	6,9
Outras despesas correntes	2 213	2,4	2 273	2,4	0,0	2,7	2,9	19,8
Despesa de capital	1 470	1,6	1 486	1,6	0,0	1,1	2,6	34,7
FBCF	1 218	1,3	1 233	1,3	0,0	1,2	2,2	44,6
Outras despesas de capital	253	0,3	254	0,3	0,0	0,4	0,4	0,1
Saldo global	-2 814	-3,1	-1 794	-1,9	1,2	-1,8	-1,8	-1,8
Saldo primário	938	1,0	1 802	1,9	0,9	2,5	2,5	2,5
Receita fiscal e contributiva	31 550	34,5	32 135	33,9	-0,6	1,9	36,6	3,2
Despesa corrente primária	34 586	37,9	34 533	36,5	-1,4	-0,2	38,7	2,7
Despesa primária	36 056	39,5	36 020	38,0	-1,4	-0,1	41,3	4,3
Por memória:								
PIB nominal	91 340		94 686			3,7		

Fontes: INE, Ministério das Finanças e cálculos da UTAO. | Notas: Os impostos indiretos correspondem a impostos sobre a produção e a importação e os impostos diretos correspondem a impostos sobre o rendimento e património. Nas outras receitas correntes estão incluídas as vendas. Os dados foram ajustados do efeito das medidas one-off identificadas na Caixa 1.

Gráfico 3 – Variação anual da receita (ajustada) no 1.º semestre de 2017
(em milhões de euros)



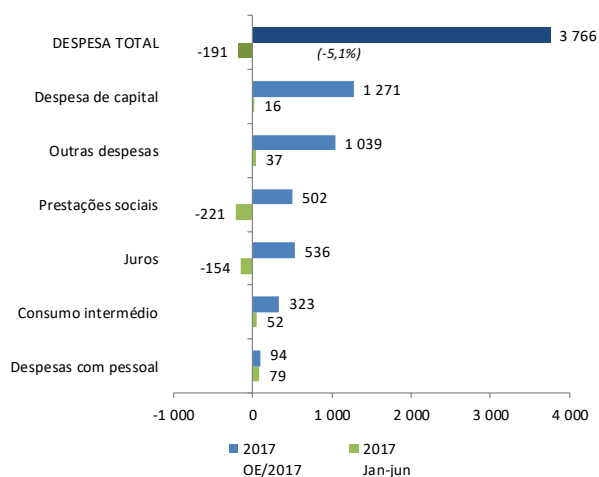
Fontes: INE, Ministério das Finanças e cálculos da UTAO. | Notas: Os dados foram ajustados do efeito das medidas one-off identificadas na Caixa 1. Entre parêntesis apresenta-se a taxa de execução para a variação a receita total.

12 Para a evolução da despesa total em sentido contrário ao projetado contribuiu a evolução registada pela despesa com prestações sociais e com juros da dívida pública (Gráfico 4).

A despesa com prestações sociais e com juros da dívida pública diminuiu 1,3% no 1.º semestre, redução que compara com um acréscimo anual de 1,4% subjacente ao OE/2017. A redução das prestações sociais a melhoria das condições no mercado de trabalho, com a consequente redução das prestações de desemprego, e a alteração do sistema de pagamentos do subsídio de Natal aos pensionistas, que, à semelhança do que sucede nas despesas com pessoal, contribuiu para reduzir no 1.º semestre a despesa com prestações sociais. A despesa com juros diminuiu 4,1% em termos homólogos no 1.º semestre, quando em termos anuais se projeta um aumento de 6,9%. No final do 1.º semestre, a dívida pública ascendia a 132,1% do PIB (Gráfico 5), tendo aumentado 0,8 p.p. face a idêntico

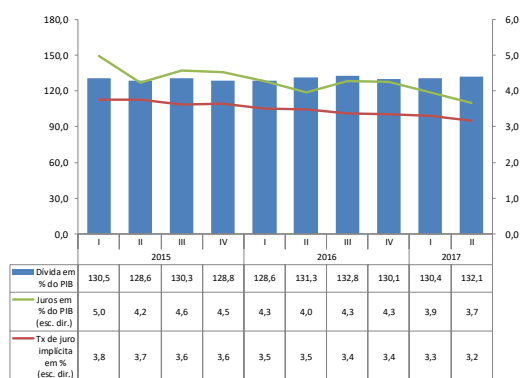
período de 2016. Em termos nominais, a dívida pública evidenciou um aumento de cerca de 5,9 mil M€. A redução da despesa com juros no 1.º semestre de 2017 em termos homólogos refletiu, deste modo, uma redução da taxa de juro implícita da dívida pública, que no 2.º trimestre de 2017 se ficou em 3,2%.

Gráfico 4 – Variação anual da despesa (ajustada) no 1.º semestre de 2017
(em milhões de euros)



Fontes: INE, Ministério das Finanças e cálculos da UTAO. | Nota: As outras despesas apresentadas no gráfico incluem as outras despesas correntes e os subsídios. Entre parêntesis apresenta-se a taxa de execução para a variação a despesa total.

Gráfico 5 – Dívida pública, despesa com juros e taxa de juro implícita

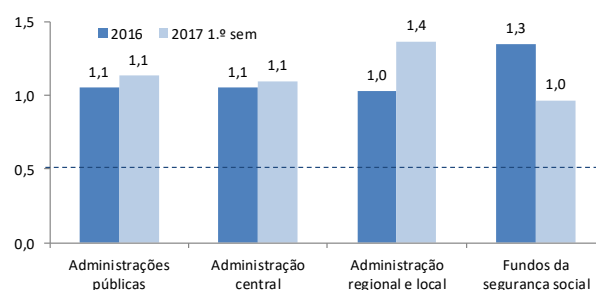


Fontes: INE, Banco de Portugal e cálculos da UTAO. | Notas: A definição utilizada para a dívida pública é a estabelecida no âmbito do PDE (vulgo "Dívida de Maastricht"). A taxa de juro implícita resulta do quociente entre as despesas com juros do ano terminado no trimestre e o stock de dívida do final do trimestre homólogo.

13 Por seu turno, a execução ao nível das despesas com pessoal no 1.º semestre ultrapassou ligeiramente o projetado para 2017 no âmbito do OE/2017. As despesas com pessoal evidenciaram um crescimento de 0,7% face ao período homólogo, que excedeu o crescimento anual de 0,5% subjacente às projeções do OE/2017. No 1.º semestre, a substituição do número de funcionários públicos à taxa de 2:1, traçada como objetivo para 2017, continuou a não ser cumprida, à semelhança do que sucedeu em 2016 e no 1.º trimestre de 2017. Com efeito, de acordo com a informação divulgada pela Direção-Geral da Administração e Emprego Público, no 1.º

semestre por cada funcionário público que saiu entraram 1,1 trabalhadores nas administrações públicas (Gráfico 6). Na segunda metade do ano a evolução desta despesa será condicionada por dois efeitos de sentido contrário. Por um lado, é exetável um abrandamento desta despesa por via do efeito de base associado à reposição de gradual dos vencimentos dos funcionários públicos que teve lugar em 2016. Por outro lado, a alteração do momento de pagamento do subsídio de Natal, de um sistema em duodécimos em 2016 para um sistema em que metade é paga em duodécimos e a outra metade é paga no mês de novembro em 2017, deverá contribuir para mitigar o crescimento das despesas com pessoal até ao 3.º trimestre e para uma aceleração no último trimestre de 2017.

Gráfico 6 – Rácio de entradas por saídas de trabalhadores nas administrações públicas



Fontes: Direção-Geral da Administração e do Emprego Público e cálculos da UTAO. | Notas: O rácio de entradas por saídas de trabalhadores representa o número de trabalhadores que entraram nas administrações públicas por cada trabalhador que saiu deste setor. A política de substituição de funcionários à taxa de 2:1 corresponde a um rácio de 0,5.

14 O crescimento do consumo intermédio foi mais moderado do que o projetado para o conjunto do ano. No 1.º semestre o consumo intermédio aumentou 1,1%, um crescimento homólogo que ficou abaixo do previsto para 2017. O acréscimo desta despesa que refletiu em grande medida o aumento dos encargos com Parcerias Público-Privadas (PPP), que no 1.º semestre são responsáveis por mais de metade do aumento das despesas de consumo intermédio.

15 As despesas de investimento evidenciaram no 1.º semestre um crescimento que ficou muito aquém do projetado em termos anuais, à semelhança do que sucedeu nas outras despesas correntes. A FBCF aumentou 1,2% na primeira metade do ano, o que ficou claramente abaixo do crescimento desta despesa implícito no OE/2017 que é de 44,6%. A evolução da FBCF refletiu um reduzido crescimento do investimento no 1.º semestre ao nível da Administração Regional e Local e também ao nível Administração Central, destacando-se neste último subsector uma redução do investimento realizado pelas empresas públicas. As outras despesas correntes, para as quais se encontra previsto um crescimento de 19,8% em 2017, cresceram no 1.º semestre 2,7% face ao período homólogo. A evolução desta despesa no 1.º semestre teve subjacente uma redução das transferências correntes para as Instituições Europeias e das contribuições para os recursos próprios da União Europeia com base no IVA e no Rendimento Nacional Bruto, a qual foi em grande medida compensada por um aumento das transferências correntes das administrações públicas para Instituições sem Fins Lucrativos.

Anexo

Tabela 3 – Receitas e despesas (não ajustadas) das administrações públicas

	2016 Jan-jun		2017 Jan-jun				2017 OE/2017	
	Em milhões de euros	Em % do PIB	Em milhões de euros	Em % do PIB	Varição homóloga em p.p. do PIB	Taxa de variação homóloga em %	Em % do PIB	Taxa de variação homóloga em %
Receita Total	36 994	40,5	37 822	39,9	-0,6	2,2	44,1	5,6
Receita corrente	36 749	40,2	37 488	39,6	-0,6	2,0	43,1	4,2
Receita fiscal	21 090	23,1	21 145	22,3	-0,8	0,3	24,9	2,5
Impostos indiretos	13 141	14,4	13 864	14,6	0,3	5,5	14,8	3,1
Impostos diretos	7 949	8,7	7 281	7,7	-1,0	-8,4	10,2	1,7
Contribuições sociais	10 459	11,5	10 990	11,6	0,2	5,1	11,7	3,3
Outras receitas correntes	5 199	5,7	5 352	5,7	0,0	3,0	6,5	13,5
Receitas de capital	245	0,3	334	0,4	0,1	36,4	1,0	138,8
Despesa Total	39 807	43,6	39 616	41,8	-1,7	-0,5	45,7	4,6
Despesa corrente	38 337	42,0	38 130	40,3	-1,7	-0,5	43,1	3,0
Consumo intermédio	4 783	5,2	4 835	5,1	-0,1	1,1	5,6	3,1
Despesas com pessoal	10 670	11,7	10 749	11,4	-0,3	0,7	11,0	0,5
Prestações sociais	16 536	18,1	16 315	17,2	-0,9	-1,3	18,7	1,4
Subsídios	384	0,4	361	0,4	0,0	-6,1	0,6	13,5
Juros	3 751	4,1	3 597	3,8	-0,3	-4,1	4,3	6,9
Outras despesas correntes	2 213	2,4	2 273	2,4	0,0	2,7	2,9	17,8
Despesa de capital	1 470	1,6	1 486	1,6	0,0	1,1	2,6	38,9
FBCF	1 218	1,3	1 233	1,3	0,0	1,2	2,2	50,5
Outras despesas de capital	253	0,3	254	0,3	0,0	0,4	0,4	0,1
Saldo global	-2 814	-3,1	-1 794	-1,9	1,2		-1,6	
Saldo primário	938	1,0	1 802	1,9	0,9		2,8	
Receita fiscal e contributiva	31 550	34,5	32 135	33,9	-0,6	1,9	36,6	2,8
Despesa corrente primária	34 586	37,9	34 533	36,5	-1,4	-0,2	38,7	2,6
Despesa primária	36 056	39,5	36 020	38,0	-1,4	-0,1	41,3	4,3
<i>Por memória:</i>								
PIB nominal	91 340		94 686			3,7		3,0

Fontes: INE, Ministério das Finanças e cálculos da UTAO. | Notas: Os impostos indiretos correspondem a impostos sobre a produção e a importação e os impostos diretos correspondem a impostos sobre o rendimento e património. Nas outras receitas correntes estão incluídas as vendas.